

Carta da XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Mais de 5.000 municipalistas brasileiros reunidos em Brasília, nos dias 12 a 15 de maio de 2014, para a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, ato político anual que reúne os municípios brasileiros e seus gestores, traz a público o conjunto de seus argumentos e suas reivindicações dirigidas ao Poder Executivo Federal, ao Poder Judiciário, ao Congresso Nacional e aos presidentiáveis.

Os Municipalistas expuseram para as autoridades presentes a crise financeira que vivem os Municípios. O subfinanciamento dos mais de 390 programas federais, que ampliam o custeio dos municipais, e a política de isenções que corroem a base das transferências constitucionais são as principais causas desta crise. Segundo o TCU, apenas do FPM foram retirados R\$ 77 bilhões nos últimos 5 anos.

A Marcha marcou também a consolidação da Campanha Viva o Seu Município. Ações que buscam a comunidade para discutir o aprofundamento desta crise, esclarecer responsabilidades e prever novas distribuições de recursos. Todos juntos para melhores garantias de serviços públicos de qualidade aos cidadãos.

Durante a Marcha, foi promovido também um debate com os candidatos à Presidência da República. Na oportunidade, aproveitou-se para cobrar o compromisso dos mesmos com a pauta municipalista. O Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, apresentou os pontos prioritários do movimento:

- i. Aumento de 2% do Fundo de Participação dos Municípios – FPM
- ii. Redistribuição dos Royalties e Participações Especiais de Petróleo e Gás - Lei 12.734/12
- iii. Compensação e Reposição das Perdas por Desonerações do IPI e do IR
- iv. Reajuste dos valores destinados aos Programas Federais
- v. Reajuste do Piso do Magistério Pelo INPC
- vi. ISS-Leasing, Cartões de Crédito/Débito e Construção Civil
- vii. Encontro de Contas da Previdência

Entre as principais conquistas obtidas nesta Marcha, destacamos:

- 1) A instalação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados para a votação, no mínimo de sessões regimental, do projeto que aumenta em 2% do Fundo de Participação dos Municípios.
- 2) Inclusão na ordem do dia a apreciação da Liminar concedida pela Ministra Carmen Lucia na ADI 4917 - Royalties oriundos da plataforma continental.
- 3) Responsabilização da União em relação ao financiamento dos pisos das categorias, com o pagamento total do benefício, a exemplo do proposto no piso do agente comunitário.

Os municipalistas brasileiros reconheceram os avanços históricos obtidos através da Marcha e deliberaram sobre a importância da continuidade e do fortalecimento da mesma.

Brasília, 15 de maio de 2014.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM